

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE HISTÓRIA

**O CORONELISMO NO LIVRO DIDÁTICO DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

SHEILA FERREIRA DE ALMEIDA

RIO DE JANEIRO
2017

ALMEIDA, Sheila Ferreira

O CORONELISMO NO LIVRO DIDÁTICO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

26f

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – IH/UFRJ, 2017.

Bibliografia: 2f.

1- Coronelismo 2- Livro Didático de História 3- Ensino Fundamental

O CORONELISMO NO EM LIVRO DIDÁTICO DO ENSINO FUNDAMENTAL

SHEILA FERREIRA DE ALMEIDA

**Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em
História do Instituto de História da UFRJ como parte dos
requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel
Orientador: Prof. Dr. Máximo Augusto Campos Masson**

**RIO DE JANEIRO
2017**

Dedico esse trabalho a meus pais que me proporcionaram a dádiva de poder estudar e ao meu filho que me impulsiona a continuar a caminhada

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais que sempre me incentivaram a estudar e foram muito rígidos nesse sentido. Agradeço também ao meu marido Rodrigo Cardoso pelo companheirismo e paciência.

Ao corpo docente e administrativo da UFRJ que fizeram parte direta e indiretamente da minha formação acadêmica meus agradecimentos.

E por fim veio pedir meu muito obrigada ao grande professor Máximo Augusto Campos Masson pela solidariedade de me aceitar considerando todos os percalços que tive anteriormente em minha trajetória como estudante. Ao mestre Máximo devo toda minha gratidão pela conclusão dessa monografia, pois sua humanidade foi capaz de entender minhas dificuldades.

Resumo

O trabalho analisa como a temática “Coronelismo” é apresentada em livro didático de História do Ensino Fundamental. Intencionávamos verificar como as práticas políticas desta forma particular de mandonismo político eram apresentadas aos estudantes e que possíveis relações poderiam ser estabelecidas com a presença de aspectos políticos da sociedade brasileira contemporânea. A definição da temática decorreu do fato desta integrar conteúdo das Orientações Curriculares de História para o Ensino Fundamental formuladas pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e trabalhada com alunos do 9º Ano no primeiro bimestre letivo. A opção por trabalhar com assunto pertinente a programa de alunos do 9º Ano decorre do fato desses alunos estarem concluindo o ensino fundamental e apresentarem, em geral, maior maturidade cognitiva e intelectual. Foi selecionado para análise o manual didático de história para o 9º ano “*Projeto Araribá*”, um dos livros mais adotados por professores do Rio de Janeiro e de todo Brasil. A pesquisa tem caráter bibliográfico, tendo sido realizado levantamento de literatura pertinente sobre a temática. Comparamos a produção histórica e sociológica produzida no Brasil e o exposto no livro. Concluímos que relações entre práticas clientelistas do passado brasileiro, como no coronelismo, e as do presente não são ressaltadas no livro, reproduzindo uma visão mais tradicional do fenômeno do coronelismo.

Palavras-Chaves: Coronelismo; Livro Didático de História; Ensino Fundamental

Abstract

The paper analyzes how the theme *coronelismo* is presented in text book of History for Elementary School. We intended to verify how the political practices of this manifestation of political rule were presented to the students and what relations can be established with political aspects of contemporary Brazilian society. The Curricular Guidelines for History for Elementary Education, from the Municipal Education Secretariat of Rio de Janeiro, the largest Brazilian public network of elementary schools, define that the theme is part of the curriculum of the 9th Year, in the first two-month period. The option to analyze the theme of the 9th Year program was due to the students this year, in general, have greater cognitive and intellectual maturity. We analyze the textbook "Projeto Araribá 9º Ano", adopted by many professors from Rio de Janeiro and Brazil. We compare the historical and sociological production produced in Brazil on *coronelismo* and the one exposed in the book. We conclude that relations between clientelistic practices of the Brazilian past and those of the present are not emphasized, reaffirming a more traditional view of the phenomena of Brazilian *coronelismo*.

Keywords: Brazilian *Coronelismo*; Textbook of History; Middle School

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1 – CARACTERÍSTICAS DO LIVRO “PROJETO ARARIBÁ	04
CAPÍTULO 2 – O CORONELISMO COMO OBJETO HISTÓRICO	08
2.1 Análises clássicas do coronelismo brasileiro	08
2.2. Clientelismo, coronelismo e mandonismo no Brasil	13
CAPITULO 3 - o Coronelismo segundo o manual didático “Projeto Araribá”	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar como determinada temática histórica - o coronelismo - é apresentada em livro didático de história para o ensino fundamental brasileiro.

Consideramos que o livro didático desempenha papel central no cenário escolar brasileiro. Não raro, assume a condição de verdadeiro orientador das práticas do professor no processo de ensino e aprendizagem, justificando-se, assim, a importância de analisar, em especial, aqueles que se encontram entre os mais adotados, como vem a ser o caso do que por nós foi eleito como objeto de estudo: o manual didático “*Projeto Araribá, História 9º Ano*”, cujas características serão apresentadas em capítulo à frente.

Segundo Circe Bittencourt, *o livro didático é um produto cultural de “múltiplas facetas”* (BITTENCOURT, 2005, p. 301) e que se caracteriza tanto pela função de mercadoria ligada ao mundo editorial como por se constituir em suporte aos conhecimentos escolares propostos pelos currículos escolares e métodos pedagógicos, por meio do que vem a propor como exercícios, atividades, sugestões de trabalho e leituras. Contudo, ele precisa ser, sobretudo, entendido como “*veículo de um sistema de valores, de ideologias, de uma cultura de determinada época e de determinada sociedade*” (BITTENCOURT, *idem*). Esta condição de fenômeno e objeto cultural, de integrante da cultura escolar e de difusor de valores, análises e de adequação de perspectivas ideológica acerca de um assunto, justifica a escolha de nosso tema de trabalho.

Nosso contato inicial com o livro *Projeto Araribá, História 9º Ano* ocorreu quando da realização de nosso estágio didático (requisito obrigatório do curso de licenciatura em História), em escola da rede municipal do Rio de Janeiro. Na ocasião, verificamos sua grande aceitação entre professores da rede municipal, fato que não se restringe ao universo escolar carioca, pois “Projeto Araribá”, conforme o informado no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (seção estatística do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD), é dos livros mais distribuídos nas séries finais do Ensino Fundamental¹.

A opção por analisar, mesmo que de modo parcial, um livro didático direcionado nono ano do ensino fundamental brasileiro decorreu do fato deste ser o ano de conclusão

¹ Veja-se: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>. PNLD 2017 - Coleções mais distribuídas por componente curricular - Séries finais Ensino Fundamental.

do ensino fundamental. Assim sendo, por apresentarem, em geral, a esperada maturidade cognitiva e intelectual, os alunos desse ano, ao menos em princípio, estariam capacitados a compreender, em maior grau, características significativas da história da sociedade brasileira, entre elas, as formas como as relações de poder se concretizaram (ou se concretizam) em diferentes momentos dessa história.

Já nossa opção pelo coronelismo se deveu ao fato de que a temática integra o conteúdo das Orientações Curriculares de História para o Ensino Fundamental, formuladas pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 2010; 2016), maior rede pública brasileira de escolas do ensino fundamental. Segundo essas Orientações, a temática deve ser apresentada e trabalhada com alunos do 9º Ano no primeiro bimestre letivo. Portanto, salvo alguma excepcionalidade pontual, todos os alunos desse ano têm aulas sobre a temática, algo que não necessariamente vem a ocorrer com outras temáticas apresentadas nos bimestres letivos subsequentes por força de diversos fatores, acerca dos quais não entramos aqui em maiores detalhes, mas que são comuns no cotidiano escolar, como, por exemplo, não existir tempo hábil para o desenvolvimento de todo o programa da disciplina escolar de história.

Possuindo características de pesquisa bibliográfica de caráter comparativo, nosso trabalho é disposto em três capítulos.

O primeiro é dedicado à breve descrição e comentário do livro didático escolhido e os motivos de sua eleição por nós. Salientamos que o mesmo já tem sido objeto de diferentes análises por parte de pesquisadores das áreas de história e educação².

No segundo, apresentamos, de maneira sumária, aspectos gerais das análises sobre o coronelismo realizadas no Brasil por autores que hoje são considerados “clássicos” nos estudos sobre a temática (Victor Nunes Leal, Maria Isaura Pereira de Queiroz), bem como outro autor de referência obrigatória nas análises a respeito de patrimonialismo e clientelismo, (Raymundo Faoro), visto que coronelismo, clientelismo e patrimonialismo sempre foram, de algum modo, correlacionados em estudos históricos e políticos brasileiros.

No terceiro, comparamos o apresentado no livro em tela com as análises clássicas acima mencionadas. Atentamos também para o fato de que no âmbito do Rio de Janeiro formas de mandonismo se fizeram presentes até poucos décadas atrás e que, hoje, se

² Veja-se entre outros trabalhos, o de Silva (2012).

encontram mescladas a outros fenômenos da atualidade como o tráfico de drogas e a organização de milícias urbanas.

Finalmente, apresentamos nossas considerações finais, salientando as possibilidades do livro contribuir para que estudantes do ensino fundamental tenham percepções mais críticas acerca das características da sociedade brasileira e de práticas políticas nela encontráveis.

CAPÍTULO 1 – CARACTERÍSTICAS DO LIVRO “PROJETO ARARIBÁ – HISTÓRIA 9º ANO”

O livro didático “Projeto Araribá História do 9º Ano”, publicação da Editora Moderna, atualmente pertencente ao grupo editorial de origem espanhola Santillana, integra coleção do mesmo nome, contendo quatro volumes referentes a disciplinas escolares dos anos finais (sexto ao nono anos) do ensino fundamental: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia e História. Foi reeditado sucessivamente desde seu lançamento editorial em 2003, não apresentando maiores alterações em termos de conteúdo e *layout*³.

Hoje a coleção, sob a nova denominação de *Araribá Plus I*, abrange também a área de Artes, tendo seis volumes impressos para cada ano do ensino fundamental, além de material digital⁴.

Foram lançados volumes complementares nas áreas de Filosofia, Ciências Sociais, Língua Inglesa e Língua Espanhola, direcionados também para os anos finais do ensino fundamental. Como mencionado, nossa atenção recai unicamente sobre o livro impresso de História dedicado ao 9º ano. O material digital não veio a ser objeto de nosso estudo.

Como os demais volumes referentes à disciplina de História, o do 9º tem por editora responsável⁵ a profa. Maria Raquel Apolinário Melani, bacharel e licenciada em História pela Universidade de São Paulo (USP), graduada em 1983. Sempre houver citações do livro, a autoria será identificada como “Apolinário”, por ser a professora Raquel Apolinário a editora responsável.

Em sua apresentação geral (APOLINÁRIO, 2007, p.10) e no “Guia do professor”, é salientado que os conteúdos do livro foram organizados em função de três objetivos básicos: primeiro, permitir que os alunos construam uma ideia clara dos acontecimentos e de sua sucessão no tempo; segundo, desenvolver a competência leitora, que seria de fundamental importância para a formação integral dos estudantes e, terceiro, promover o desenvolvimento do juízo crítico e de uma atitude solidária na vida social.

³ Neste trabalho, utilizamos como referência a reedição de 2007.

⁴ Veja-se o site da coleção: <http://web.moderna.com.br/web/araribaplus>

⁵ Característica hoje bastante comum em termos de livros didáticos brasileiros, que assim adotam procedimentos encontrados na produção didática de outros países, a editoria substitui a figura do autor ou dos autores. Embora possam participar diversos pesquisadores na formulação de uma obra didática, esta não tem, ao menos formalmente, autores, mas sim um(a) editor(a) e seus colaboradores, por vezes não mencionados nominalmente.

As seções do livro pretendem atender a esses três objetivos estabelecidos e ainda desenvolver competências e habilidades cognitivas necessárias ao trabalho com os conteúdos históricos.

A editora responsável pelo Projeto, dirigindo-se aos usuários do livro, ou seja, os alunos do nono ano do ensino fundamental, sublinha a importância do estudo da história, inclusive para se vir a ter maior compreensão da realidade presente. Segundo suas palavras os livros do Projeto Araribá “*foram feitos para você gostar de estudar História e descobrir que os conteúdos dessa disciplina estão muito próximos da realidade que você vive, da escola em que estuda, do país que habita*”. (APOLINÁRIO, 2007, p.3). Em perspectiva similar, as atividades propostas teriam por intenção ampliar a capacidade de interpretação de textos dos alunos, bem como proporcionar maior interação entre os alunos e entre esses e o professor. Ainda dirigindo-se ao aluno afirma: “*Ao fazer as atividades propostas, você ampliará sua capacidade de ler diferentes tipos de texto, e analisar imagens, debater ideias e expressar suas opiniões*”. (APOLINÁRIO, 2007, *idem*).

O livro possui oito unidades, todas subdivididas em duas partes: “*Estudo dos temas*” e “*Em foco*”.

Estudos de temas abrange o conjunto de temáticas selecionadas para o estudo de uma determinada unidade. Sempre se inicia com a apresentação de uma síntese do conteúdo que é tratado na unidade, expondo os assuntos que serão trabalhados na mesma.

Nos *Estudos* são apresentados fatos e conceitos relativos ao conteúdo programático das unidades. Destaca-se, utilizando linhas do tempo, a importância do tempo e da datação para os estudos históricos. Glossários, imagens e considerações complementares do tema aparecem em coluna lateral. As informações são organizadas em parágrafos e blocos de textos.

Em foco apresenta monografias com estudo mais detalhado de temas relevantes da unidade, relacionando o tempo presente com o tempo passado. São eleitos determinados assuntos que contemplariam a diversidade de situações e experiências relacionados a crenças, direitos sociais, política, trabalho, entre outros. O objetivo da seção é possibilitar que o aluno possa estudar os diversos processos históricos com profundidade, estabelecendo relações entre passado e presente.

No final de cada monografia há o box ***Compreender um texto***, com informações sobre textos, documentos históricos, artigos jornalísticos, crônicas, entre outros, pertinente à temática da unidade, seguido de quadros cronológicos, fotos e infográficos.

Afora essas duas partes componentes das unidades, o livro possui uma espécie de seção introdutória para cada unidade, a qual é denominada ***Páginas de abertura***. São, em geral, duas páginas que remontam a conhecimentos prévios e que se relacionam aos temas que serão tratados nas páginas seguintes da unidade. Todas as “***aberturas***” possuem imagens referentes ao conteúdo da unidade, podendo ser: pinturas, fotos, painéis, mapas, quadros cronológicos, etc.

Há ainda as ***Páginas especiais***, que reúnem recursos gráficos e mesclando ilustrações com textos. Segundo Apolinário, as ***páginas especiais*** objetivam desenvolver os processos cognitivos, favorecendo a aprendizagem nos estudantes.

Em todas as unidades são propostas ***Atividades***, distribuídas em dois grupos. As do primeiro grupo (*Pesquisa, Debate na história, Produzir um texto, Na linha do tempo*) se constituem de questões que procuram organizar o conhecimento, objetivando a fixação do conteúdo apresentado mediante a reflexão e a investigação dos acontecimentos ao longo do tempo e por fim, a elaboração de textos pelos alunos.

O segundo grupo de atividades, em número de sete (*Personagem, Ontem e hoje, Edifícios daquele tempo, Mapas históricos, Arte e história, Ciência e tecnologia e Conceitos históricos*) têm por objetivo ampliar a percepção dos processos histórico pelos alunos, sinalizando para opções de trabalho ou uso de material, inclusive aquelas não tradicionais no meio escolar, que podem vir a contribuir para a investigação e compreensão da produção histórica.

É também proposto a ***elaboração de fichas, esquema e gráficos*** referentes ao conteúdo presente nas páginas das seções ***Estudo dos temas*** e ***Em foco***. Considera-se que os alunos poderão obter visão geral dos temas das unidades ao produzirem fichas e resumos. As fichas permitiriam que os estudantes possam consultar com mais rapidez e organização as informações transmitidas na escola em seus momentos de estudo ou pesquisa.

CAPITULO 2 - O CORONELISMO COMO OBJETO HISTÓRICO

A maioria das pessoas quando perguntadas sobre o que foi o coronelismo no Brasil, de modo geral, respondem que foi um “sistema político” existente nas primeiras décadas do período republicano e principalmente no interior do Brasil. E que esse “sistema” também consistia numa política de opressão da população pelo chefe político local que exigia total fidelidade, especialmente durante eleições, impondo o “voto de cabresto”. Aos olhos do senso comum, o “coronel” é descrito como grande dono de terras, homem poderoso, que possuía um exército de jagunços e que tinha o poder de decisão sobre tudo o que acontecia em sua área de influência. Dessa forma, o coronelismo seria uma espécie de versão brasileira de mandonismo, fenômeno político encontrado em diferentes sociedades consideradas “tradicionais”, de economias predominantemente agrárias e com grande desigualdade social, como boa parte das latino-americanas.

Essa compreensão, relativamente simplista dado, inclusive, certo maniqueísmo nela implícito - o coronel autoritário, personificação da tradição, que se contrapõe ao “progresso” e os agentes sociais que teriam a intenção de promover a “modernização” - decorre da difusão da imagem do “coronel”, seja pela literatura, seja, mais contemporaneamente, por produtos dos meios de comunicação de massa como telenovelas. Mas se o coronelismo é objeto de diferentes discursos literários⁶, como fenômeno social ele ocupa posição de destaque nos estudos históricos e sociológicos brasileiros, dada sua importância no campo político nacional.

2.1 Análises clássicas do coronelismo brasileiro

Tendo em vista nosso objetivo de apreender como esta temática é apresentada aos alunos do nono ano do ensino fundamental pelo livro “Projeto Araribá”, apontamos alguns aspectos característicos do coronelismo a partir de estudos hoje considerados clássicos na literatura histórica e sociológica brasileira.

Nesse sentido, iniciamos com *Coronelismo, Enxada e Voto* de Victor Nunes Leal, obra pioneira, cuja primeira edição foi publicada em 1948, que forneceu importantes instrumentos para o entendimento da lógica que regia a dinâmica do sistema político na Primeira República.

⁶ Aqui compreendemos telenovelas e produtos similares no âmbito dos discursos literários.

Segundo Leal (LEAL, 1997) o coronelismo consiste em “*compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras*”. O autor afirmava que “*qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança, é o coronel quem comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto*”. Assim, o coronelismo pode ser definido como forma determinada de compromisso entre o poder local e o regional, fundamental para a sustentação do pacto existente entre essas duas esferas de poder.

Se, à primeira vista, temos a confirmação da imagem comum do “coronel”, convém ressaltar que, como assinala o próprio Nunes Leal, nem todos os chefes locais tinham o perfil do coronel que se consagrou ao longo do tempo, isto é, a do, latifundiário, grande proprietário de terras. Havia líderes que, embora fossem também tratados como “coronéis”, não eram ricos fazendeiros, como no caso de médicos e advogados, que embora não contassem considerável recurso financeiro, possuíam habilidades vistas como significativas qualidades de comando. Exemplos dessas qualidades seriam a facilidade de oratória, a capacidade de persuasão e de dedicação ao município em que viviam. Esses “coronéis”, que geralmente também eram profissionais liberais por formação acadêmica (médicos e advogados), chegavam, muitas vezes, a dedicar parte de seu tempo livre aos trabalhos e obras sociais. Vários seriam os casos de médicos que não cobravam da população pobre o atendimento que prestavam ou que doavam medicamento aos seus assistidos. Esses mesmos homens, não raro, eram parentes, aliados políticos ou mantinham qualquer outro vínculo de proximidade com os demais “coronéis” e chefes políticos regionais. A presença dessas figuras políticas não era incomum e, segundo Leal, teria contribuído para que o número de médicos e advogados distribuídos pelo interior do país tivesse aumentado nas décadas iniciais do período republicano.

Como parte do sistema de poder constituído com o advento da república, os “coronéis” entendiam que o prestígio político só seria alcançado – e mantido - se estivessem próximos e integrados aos grupos políticos que exerciam os governos estaduais e o federal. Condição para que isto ocorresse era assegurar, principalmente de antemão, a conquista do maior número de votos. A lógica política iniciada com a República e aprofundada com Campos Sales, através da “política dos governadores”, não estava pautada pela competição política entre partidos nacionais e sim pelas relações entre

as várias “situações políticas estaduais”, ou seja, os grupos oligárquicos estaduais e o poder central, o governo federal⁷.

A natureza desse “estado de compromisso”, ou seja, da relação de reciprocidade entre os ocupantes dos governos estaduais e os líderes municipais, se resumia (salvo casos excepcionais), no apoio incondicional que os coronéis ofereciam aos candidatos da base governista, tanto nas eleições estaduais quanto nas federais, em troca de liberdade de ação e de tomada de decisões em tudo fosse pertinentes a assuntos municipais, incluindo o direito de poder indicar, para nomeação, os funcionários estaduais que fossem atuar dentro do território sob seu comando político.

As práticas políticas do coronelismo se fundamentavam no princípio da barganha eleitoral, pois o voto era considerado um bem do eleitor que poderia ser permutado por presentes e favores. Os eleitores trocavam seus votos por aquilo que necessitavam em seu cotidiano, mesmo que isto não fosse mais do que o rigorosamente mínimo necessário. Dada a quase total ausência de ações do Estado em relação à oferta de serviços públicos, era o “coronel” que, exercendo inúmeras funções, assumia a responsabilidade por atender as demandas da população que assim se submetia ao seu comando. Por “atendê-la”, o “coronel” cobrava fidelidade da população nas eleições: os votos nas urnas em favor dos candidatos por ele apoiados.

O período eleitoral ganhava enorme dimensão e importância, visto ser uma das formas mais visíveis de demonstração de força política. O grupo político local que contasse com o melhor mecanismo de captação de votos, formando seu “curral eleitoral”⁸, seria, com certeza, o escolhido pelo grupo político ocupante do governo estadual (ou mesmo federal) para a ser seu associado político.

(...) Apoiar a corrente local majoritária é, pois, o meio mais seguro de obter esse resultado, inclusive porque a posse do governo municipal representa, para ela e para o governo estadual, um fator positivo nas eleições, balança em que tanto pesam o dinheiro público e os benefícios de procedência oficial (LEAL, 1997, p. 69).

Carvalho (1997) em estudo feito sobre o sistema coronelista no Brasil reafirma a interpretação feita por Leal sobre o “sistema coronelista”:

Nessa concepção, o Coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. O Coronelismo, além disso, é datado

⁷ Para uma descrição do sistema política na primeira república, em especial no Rio de Janeiro, veja-se Ferreira (1994).

⁸ A prática do curral eleitoral se espalhou por todo o Brasil, mais não podemos dizer que foi igual em todos os lugares, pois se adaptava às peculiaridades locais, porém era sempre decorrente do compromisso sem contrato e do pacto não escrito estabelecido entre o coronel e sua clientela.

historicamente. Na visão de Leal, ele surge na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica. O fato político é o federalismo implantado pela República em substituição ao centralismo imperial. O federalismo criou um novo ator político com amplos poderes, o governador de estado. O antigo presidente de Província, durante o Império, era um homem de confiança do Ministério, não tinha poder próprio, podia a qualquer momento ser removido, não tinha condições de construir suas bases de poder na Província à qual era, muitas vezes, alheio. No máximo, podia preparar sua própria eleição para deputado ou para senador (CARVALHO, 1997, p. 131).

Com governo de Campos Sales (1898-1902) os chefes políticos estaduais, representantes das principais frações da oligarquia regional, puderam, então, consolidar seu poder em seus respectivos Estados. Conforme a posição dos Estados no sistema federativo, as frações oligárquicas regionalmente dominantes poderiam aspirar a ocupação de espaços de maior relevância política. Na concepção de Sales, a “política dos governadores” era o melhor modelo de política nacional (CARVALHO, 1997). O que também teria contribuído para que o sistema coronelista se solidificasse teria sido o estado de dificuldade financeira em que se encontrava boa parte dos coronéis.

A conjuntura econômica, segundo Leal, era a decadência econômica dos fazendeiros. Esta decadência acarretava enfraquecimento do poder político dos coronéis em face de seus dependentes e rivais. A manutenção desse poder passava, então, a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência na proporção em que diminuía a dos donos de terra. O Coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel. O momento histórico em que se deu essa transformação foi a Primeira República, que durou de 1889 até 1930. Nessa concepção, o Coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. (CARVALHO, 1997, p. 132)

Maria Isaura Pereira de Queiroz, outra autora de referência nos estudos sobre coronelismo, sublinhou a opressão dos coronéis sobre a população local e como faziam o uso da violência e até da crueldade para a obtenção de votos (QUEIROZ, 1976). Essas eram “ferramentas” (violência e crueldade) tão empregadas e tão usuais quanto os favores e os benefícios. Assim, o “voto de cabresto” se tornou uma peça integrante da “política dos governadores”, garantia de resultados eleitorais favoráveis.

Em meio a uma situação onde as fraudes eleitorais eram uma realidade, poderia, então, surgir o seguinte questionamento: por que se tornava tão importante a arregimentação de eleitores e, com eles, dos seus votos? Se dentro do sistema coronelista as regras do jogo já eram conhecidas e pré-definidas, qual seria o real valor das eleições?

Em “Os Donos do Poder”, Raymundo Faoro (FAORO, 1975) apresenta sua explicação sobre as características do sistema político brasileiro, apontando o possível significado das eleições. O autor afirma que tanto no Império quanto na República, a percepção que se tinha em relação ao uso, bem como da importância das eleições era bem equivalente nos dois períodos. Em suas palavras, *“a eleição será argumento para legitimar o poder, não expressão sincera da vontade nacional, a obscura, caótica e submersa soberania popular”*.

Para Faoro, o que se pretendia era vencer a qualquer custo, sem surpresas que pudessem ser desagradáveis para o grupo local aliado ao governo, estadual principalmente. A manipulação das eleições seria, então, um reflexo do receio que os grupos locais tinham de perder nos pleitos eleitorais. Em sua obra mais referenciada, Faoro demonstrava como o coronelismo estava inserido no que seria o esquema de supremacia política existente na sociedade brasileira, também sublinhando que não haveria necessariamente uma relação direta entre “ser coronel” e ser “grande proprietário de terras”.

Nesse esquema da supremacia estadual e da eleição sancionada se insere o coronelismo. Ele se irmana à oligarquia das unidades federadas, num recíproco jogo de interações ativas. O comando do sistema caberá ao governador, isto é, ao grupo estadual por ele representado, intermediário dos favores e benefícios da União sobre as comunas. Entre o governado e o coronel a relação é de obediência, autoritariamente garantida pela milícia estadual e pelos instrumentos financeiros e econômicos que partem daquele. Obediência não significa, todavia, passividade, dada a relativa autonomia econômica da fazenda, menos dependente, no período que vai do fim do Império até 1920, dos vínculos creditícios de outrora. Isso não quer dizer que o coronel seja sempre um fazendeiro, nem que esta qualidade seja essencial ao seu domínio. O proprietário de terras, o empresário agrícola dispunha, todavia, de pessoal próprio, capaz de sustentar a pressão de fora, ou alimentá-la contra os rebeldes no âmbito de seu círculo eleitoral (FAORO, 1975, p. 708).

O declínio coronelista, contudo, não foi desencadeado por um fator único, mas sim uma conjugação de fatores;

(...) Já na década de 20, o poder coronelista tende a se tornar obsoleto, como obsoletas serão as relações entre os sistemas estaduais e o federal. A urbanização, sobretudo com o surto industrial expansivo, atinge o núcleo de comando dos chefes municipais, arredados das sedes municipais para os distritos, até que se tornem simples auxiliares dos chefes partidários. O que mata o coronel é o próprio exercício de suas funções, em certo momento inúteis, diante dos meios diretos de convívio do governo com o povo (...) O poder pessoal se dissolverá no poder institucionalizado, sepultando, de caminho, o esquema liberal dos ideólogos. O chefe local, certo de seu perecimento, corteja o governo estadual, invertidas situações, debatendo-se em longa agonia, com a sobra de relíquias do passado (...) (FAORO, p. 729-30).

O que provocava, em maior ou menor proporção, em diversas regiões do país o declínio do sistema eram o crescimento demográfico, a urbanização, a industrialização,

êxodo rural, entre outros, que vão se desenrolando ao longo do tempo. Com as transformações que o país passava, a figura do coronel foi, aos poucos, perdendo sua importância.

2.2. Clientelismo, coronelismo e mandonismo no Brasil

O mandonismo, o coronelismo e o clientelismo são definidos na trajetória que se estabelece ao longo de toda a discussão sobre a edificação e procedência da dinâmica social, política e econômica do país.

Segundo Carvalho (1997), o poder local e o poder municipal são instâncias obrigatoriamente indispensáveis para o exercício da patronagem política, do mandonismo e do clientelismo. Mandonismo, clientelismo e coronelismo não são conceitos iguais, cada um tem sua especificidade e se manifesta também distintamente em diversos momentos da história política brasileira.

As considerações sobre mandonismo e clientelismo são chaves para a apreciação do jogo das relações sociais e o entendimento das formas clássicas e emergentes de exercício do poder local.

“Ora, qualquer noção de Clientelismo implica troca entre atores de poder desigual. No caso do Clientelismo político, tanto no de representação como no de controle, ou burocrático, para usar distinção feita por Clapham (1982), o Estado é a parte mais poderosa. É ele quem distribui benefícios públicos em troca de votos ou de qualquer outro tipo de apoio de que necessite” (Carvalho, 1997, p 137).

O “mandão”, que exerce sua influência muitas vezes de forma violenta, não é um caso exclusivo da história brasileira. Em países vizinhos sul-americanos, o mandonismo também esteve presente, sendo percebido facilmente no caudilhismo. Neste, o caudilho, chefe local, exercia esse poder de mando. E, não seria audacioso afirmar que o mandonismo está presente desde muito na história da humanidade, assumindo diferentes formas de acordo com o tempo e o lugar.

Leal também compartilha da opinião de que o mandonismo sempre esteve presente em nossa história. Raymundo Faoro, vai ainda mais longe e afirma que esse elemento foi introduzido em nosso meio pelos colonizadores europeus. Em outras palavras, o mandonismo é tão antigo quanto nossa própria história; está enraizado nas bases formadoras do nosso país. É, portanto, anterior ao coronelismo e, mesmo estando presente nesse fenômeno político, guarda suas particularidades, pois transcende tal fenômeno. Foi, sem dúvida alguma, uma espécie de mecanismo posto a serviço do coronelismo.

Na visão de Leal, o Coronelismo seria um momento particular do Mandonismo, exatamente aquele em que os mandões começam a perder força e têm de recorrer ao governo. Mandonismo, segundo ele, sempre existiu. É uma característica do Coronelismo, assim como o é o Clientelismo (CARVALHO, 1997, p. 134).

Como fenômeno social, o clientelismo também fundamenta-se em relações de reciprocidade, de troca de favores e interesses, contudo não se pode, e nem se deve, confundi-lo com o coronelismo. O clientelismo, assim como o mandonismo, é anterior ao coronelismo e também apresenta variações ao longo do tempo. Carvalho (1997) define o clientelismo como sendo o mandonismo visto por ótica bilateral.

De algum modo, como o Mandonismo, o Clientelismo perpassa toda a história política do país. Sua trajetória, no entanto, é diferente da do primeiro. Na medida em que o Clientelismo pode mudar de parceiros, ele pode aumentar e diminuir ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória sistematicamente decrescente como o Mandonismo (CARVALHO, 1997, p. 134).

Assim sendo, podemos considerar o coronelismo como fenômeno político ocorrido em determinado período histórico brasileiro e que se valia dos meios que fossem necessários para sua manutenção, entre eles aqueles típicos do mandonismo e do clientelismo. É, sobretudo, dentro do contexto da “primeira república” que o coronel assume poder de mando, fazendo uso de prerrogativa que já eram anteriormente comuns aos proprietários de terra, como ocorria com os antigos senhores de engenho dos tempos coloniais e imediatamente subsequentes à independência. O coronel dominava, ditava as regras das relações em que estavam envolvidas as pessoas que dele dependiam: seus empregados, agregados e membros de sua família.

Todavia, em alguns momentos, se fazia necessária uma negociação entre as partes. Era quando os acordos permeavam o campo da ação política. As negociações podiam ser feitas tanto em relação aos posicionados acima no campo social quanto aos posicionados abaixo nesse campo. O elemento de mudança vem a ser os interesses dos diferentes grupos sociais, pois o que é importante para um determinado grupo social, pode ser irrelevante para outro. As relações clientelísticas estavam presentes no coronelismo, mas também podem ocorrer fora deste último. Tal como o mandonismo, o clientelismo não se manifesta exclusivamente no coronelismo.

Porém, há uma relativa maior capacidade de reprodução do clientelismo se comparado ao mandonismo, visto que a possibilidade de perpetuação do primeiro é maior do que a do segundo. No clientelismo a figura do mandão é algo facilmente dispensável, como salienta Carvalho:

As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o Clientelismo se ampliou com o fim do Coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do Mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística (CARVALHO, 1997, p.135).

Dessa forma, segundo Carvalho (CARVALHO, 1997), não teríamos a ocorrência do coronelismo em tempos recentes, e em meio a área urbana. Todavia, podemos nessas últimas presenciar manifestações várias de clientelismo. Nesse sentido, as relações clientelísticas, independem de coronéis e do “sistema coronelista” para existir na sociedade brasileira.

Em suma, o conceito de clientelismo indica um tipo de relação entre atores políticos que envolvem a concessão de benefícios (públicos ou privados) em troca de apoio político e, sobretudo, na forma de voto.

O clientelismo pode ser compreendido tanto da perspectiva de quem manda como de quem obedece. Pode existir mesmo que não haja nenhum vínculo formal com qualquer organização específica. Pode ocorrer em qualquer regime político ou tipo de organização da sociedade. No caso brasileiro, está presente em toda nossa história política, inclusive nos dias atuais, embora, como sublinha Carvalho, nem sempre as relações clientelísticas se apresentassem da mesma forma em todo o país, devendo-se, portanto, levar em conta as peculiaridades de cada região e os diferentes atores envolvidos.

CAPITULO 3 - O CORONELISMO SEGUNDO O MANUAL DIDÁTICO “PROJETO ARARIBÁ”

O tema coronelismo integra a unidade 02 (dois) do livro, iniciada na página 40 e intitulada “*A República chega ao Brasil*”. Esta unidade tem por objetivos gerais:

- Caracterizar a estrutura política brasileira definida pela Constituição de 1891.
- Diferenciar as leis abolicionistas no Brasil e reconhecer os limites da Lei Áurea na emancipação plena dos escravos.
- Identificar as características do regime republicano implantado no Brasil em 1889.
- Descrever as características da classe operária brasileira do início do século XX.
- Explicar a guerra de Canudos e o cangaço, inserindo-os no quadro socioeconômico e político do sertão nordestino no início do regime republicano.
- Compreender os limites da atuação política durante a Primeira República.
- Relacionar a pintura modernista às mudanças socioeconômicas e políticas que marcaram a nascente república brasileira.
- Reconhecer a importância do movimento operário no início do século XX na conquista de muitos direitos garantidos ou ampliados pela Constituição de 1988.

No *Guia de recursos didáticos* para uso exclusivo do professor, na página 29, Apolinário discorre sobre a importância da temática da unidade, destacando que mesmo com o fim da monarquia, decorrente de movimento liderado por militares e a instauração da república, o país continuaria sendo governado por oligarquias latifundiárias e a que a população, de modo geral, permaneceria sendo alijada da vida pública, o que colaboraria para o surgimento de inúmeros conflitos no país. Essa observação sobre a emergência de diversos conflitos no país termina por se tornar contraditória dado que na mesma unidade será salientado a existência de certa passividade política da população brasileira, em especial, das classes trabalhadoras rurais.

Na página inicial da unidade (página 40), em que é apresentado ao aluno o conteúdo para estudo, temos uma síntese geral sobre a república no Brasil. Encontramos também, ao final, perguntas sobre eleições do presente e do passado brasileiros, além de

questões acerca das diferenças entre monarquia e república e sobre o que seriam os sindicatos.

Na página 42, em que se inicia mais propriamente o desenvolvimento do conteúdo da unidade, é apresentado o **Tema 1**, que podemos considerar como “primeiro capítulo” da unidade. Neste, Apolinário discorre sobre a questão escravista no Brasil Império. Discute-se, de forma geral, a problemática da escravidão no Brasil do século XIX e os projetos sobre sua abolição e movimentos a relacionados a esta última. Salientam-se as atitudes das elites cafeeiras e como essas resistiram a ideia de abolição da escravidão. Destacam-se iniciativas legislativas de caráter abolicionista e é afirmado que a questão escravista foi o grande fator responsável pela queda da Monarquia.

A partir do **Tema 2** (página 46), aspectos que caracterizam o advento da República são destacados, com o emprego de subtítulos para enfatizar esses aspectos. Apolinário descreve o movimento de 15 de novembro, a proclamação do novo regime, a elaboração da primeira constituição republicana e, por fim discorre sobre a constituição do que denomina de “República das Oligarquias (1894-1930)”, a qual sucederia aos dois primeiros governos republicanos (de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto).

A pequena participação de populares no movimento de 15 de novembro é enfatizada. De igual maneira, Apolinário sublinha que mesmo com o regime republicano, o poder político continuou monopolizado por elites latifundiárias, sobretudo a formada por cafeicultores do oeste paulista.

No *Guia de Recursos Didáticos* (página 29), é ressaltado que o estudo do advento da república e os governos que são subsequentes ao 15 de novembro se constitui em ponto de partida para a compreensão de da vida pública brasileira atual. Ressalta que aspectos como o clientelismo e a “compra de votos” caracterizam boa parte da vida republicana no Brasil. De igual maneira, destaca a predominância na sociedade brasileira de visões discriminatórias sobre o direito das camadas mais pobres ao voto, manifesto no preconceito enraizado acerca da participação de trabalhadores com baixa escolaridade nas eleições.

Nesse sentido, o livro tende a reafirmar uma visão tradicional a respeito da participação política das classes populares no Brasil Império e que se reproduziria nos primeiros anos do regime republicano. Participação que seria pequena, havendo um alheamento das camadas mais pobres da população em relação à vida política nacional. No entanto, essa visão, ainda que muito presente em outros livros didáticos e no senso

comum, é objeto de crítica por diversos pesquisadores. Por exemplo, José Murilo de Carvalho, em “Os Bestializados” (CARVALHO, 1987), contesta essa possível apatia ou desinteresse político da população mais pobre:

A afirmação da inexistência de povo político, de apatia total da população era claramente exagerada. A história da cidade [do Rio de Janeiro] desde a independência indicava intensa participação popular nos acontecimentos políticos, sobretudo durante os Primeiro Reinado e a Regência. Mesmo durante o período mais tranquilo do Segundo Reinado, houve momento de agitação popular, como durante a crise que levou ao rompimento com a Inglaterra e em especial durante a Revolta do Vintém, em 1880. Nesta última, uma multidão de mais de cinco mil pessoas reuniu-se no centro da cidade, arrancou trilhos de bondes e pedras de calçamento das ruas, construiu barricadas, lutou contra a polícia. Três mortos e mais de vinte feridos resultaram do conflito. Mais perto da República, a campanha abolicionista também teve momentos de intenso envolvimento popular em comícios, demonstrações perante a Câmara, desfiles comemorativos. (CARVALHO, 1987, p. 70)

Após a apresentação de aspectos da conjuntura em que ocorre a proclamação da república e os primeiros governos do novo regime, a ordem política da “república das oligarquias” é objeto de discussão a partir do subtítulo *A Política dos Governadores* (página 50), quando então o coronelismo começa a ser apresentado ao leitor, ao aluno.

A política dos governadores fortaleceu o poder local, exercido pelos chamados coronéis, em geral grandes proprietários de terras. Como o voto era aberto, a maioria dos eleitores ficava sujeita às pressões exercidas por esses chefes políticos locais. Em troca e favores, como um emprego na fazenda ou na cidade, roupas ou materiais para construir uma casa, os eleitores acabavam votando nos candidatos indicados pelos coronéis. (APOLINÁRIO, 2007, p. 50)

Assim, o livro reafirma visão predominante sobre o sistema eleitoral na velha república e sua base de sustentação.

Prosseguindo, na página 55, na seção *Conceito Históricos*, encontramos o subitem, constituído por quatro parágrafos, *O coronelismo*. Neste são mencionados aspectos que seriam constituintes do coronelismo. Inicialmente, é feita uma caracterização do “coronel”:

O coronel era um chefe político local cujo poder provinha das terras que controlava e da influência que exercia sobre os eleitores. A figura do coronel era típica das áreas rurais brasileiras, onde a enorme concentração de terras gerava um quadro contraditório e explosivo: uma minoria de fazendeiros poderosos diante de uma maioria de camponeses empobrecidos e trabalhadores sem-terra. (APOLINÁRIO, 2007, p. 55)

Dessa forma, se reafirma a visão do senso comum, mencionada inicialmente, em que se estabelece um vínculo quase imediato entre o “coronel” e o “grande proprietário de terras”, o “latifundiário”. Contudo, conforme mencionamos anteriormente, em seu estudo clássico sobre o tema, Leal (bem como Faoro) ao discorrer sobre as atribuições bastante específicas dos “coronéis”, salienta que nem sempre o “coronel” poderia ser

identificado como grande proprietário de terras, embora fossem, geralmente, todos dotados de maior riqueza. Além de fazendeiros, outros grupos também poderiam exercer domínio local e desempenhar a atividade de captar votos. A afirmação mais pertinente, seria dizer, que todos eles eram chefes políticos, com grande poder econômico e que gozavam de apoio e prestígio junto ao governo estadual graças a sua capacidade de garantir eleições que atendessem aos interesses regionais.

Eis aqui uma lista incompleta: arranjar emprego; emprestar dinheiro; avaliar títulos; obter crédito em casas comerciais, contratar advogado; influenciar jurados; estimular e “preparar” testemunhas; providenciar médico ou hospitalização nas situações mais urgentes; ceder animais para viagens; conseguir passes na estrada de ferro; dar pousada e refeição; impedir que a polícia tome as armas de seus protegidos, ou lograr que as restitua; batizar filhos ou apadrinhar casamento; redigir cartas; recibos e contratos; ou mandar que o filho, o caixeiro, o guarda-livros, o administrador ou o advogado o façam; receber correspondência; colaborar na legalização de terras; compor desavenças; forçar casamento em casos de descaminhos de menores, enfim uma infinidade de préstimo de ordem pessoal, que dependem dele ou de seus serviços, agregadores, amigos ou chefes. (LEAL, 1997, p. 38)

Ainda segundo Leal (LEAL, 1997), a denominação e conseqüente tratamento de “coronel” foi dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo potentado. No interior do país aquele poderoso que não tivesse obtido o título de “doutor”, recebia pela “boca do povo” o título de “coronel”. Isto porque desde o período imperial, os senhores de terra, os grandes proprietários, geralmente eram também chefes da Guarda Nacional, possuindo as maiores patentes, obtidas, quase sempre, mediante compra junto ao governo brasileiro.

Entretanto, ao enfatizar a importância do “coronel” em vista do aumento do número de eleitores com o novo regime político, Apolinário reafirma a correlação direta entre latifundiário e “coronel”, como demonstra o segundo parágrafo da seção:

O poder local dos proprietários de terra vinha desde o período colonial, mas apenas na república podemos falar de coronelismo, ou seja, da interferência dos proprietários de terras na política local por meio do controle do voto. Isso porque, até a república, era muito reduzido o número de eleitores, devido ao voto censitário e ao regime escravista. (APOLINÁRIO, 2007, p.55)

No parágrafo seguinte (terceiro), se caracteriza o “voto de cabresto” e menciona-se o uso da violência, quando esta era necessária para assegurar a fidelidade política. Dessa modo, procura-se mostrar ao aluno a força dos coronéis no comando da política nos municípios brasileiros.

Ao estabelecer o voto universal masculino e admitir o voto aberto, a Primeira República entregou aos coronéis o comando da política dos municípios. Oferecendo empregos, realizando obras pública, distribuindo roupas e alimentos, o coronel conquistava o voto do eleitorado. Quando as “boas obras” não eram suficientes, o coronel recorria à força dos capangas. Assim

funcionava o voto de cabresto, base da força dos coronéis. (APOLINÁRIO, 2007, P.55)

Embora reafirme um aspecto primordial do coronelismo na “velha república”, ou seja, o poder local, municipal, do “coronel”, o livro termina por estabelecer uma relação algo esquemática entre este e a propriedade da terra. Desconsidera alguns aspectos presentes no coronelismo que relativizam a relação estreita entre poder político e propriedade da terra. Assim, elementos de algumas análises clássicas do tema, como a de Maria Isaura Pereira de Queiroz, são minimizados.

Para esta autora, o coronelismo estava diretamente ligado à força preponderante que a estrutura local de poder exercia no processo histórico brasileiro e por consequência no espaço regional, contudo, o coronelismo não teria por fundamentos exclusivos apenas a grande propriedade e a honra ou prestígio do chefe local. Não bastaria possuir uma grande propriedade para ser o mandão local. Era preciso comandar uma parentela. Do ponto de vista de Queiroz, a parentela é o sustentáculo social daquela forma de poder político do “coronel”, visto que como chefe local tinha seu poder medido pelo seu potencial eleitoral e o de sua região.

Segundo Queiroz, o “coronel” era integrante de elites dominantes do poder político, econômico, e social no país. Mas, para que o chefe local tivesse poder era necessário que se estabelecessem relações de confiança entre o “coronel” e a população a ele subalterna. Os vínculos de confiança estabelecidos atuavam como elementos de garantia da reprodução das relações de poder, amenizando os impactos desestruturantes da modernidade política e econômica da sociedade brasileira sobre populações rústicas. As ações do poder público (regional ou nacional) eram mediadas pelas relações de confiança das populações que estavam sob os cuidados do “coronel”, reproduzindo as relações de fidelidade dessas com o “coronel”.

A proteção do “coronel” era retribuída através do voto. A condição de submissão da população rural fazia do voto desta, um bem de troca, condizente com os interesses imediatos dessa população. Situação bastante diversa daquele vivenciada em espaços sociais mais complexos, como os centros urbanos, onde o voto de um cidadão seria reflexo de uma opinião pessoal. Assim,

(...) um coronel importante constituía uma espécie de elemento socioeconômico polarizador, que servia de ponto de referência para se conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social, fosse estes seus pares ou seus inferiores. Era o elemento chave para se saber quais as linhas políticas divisórias entre os grupos e os subgrupos na estrutura tradicional brasileira (Queiroz, 1997, p. 156).

Apolinário aponta, no quarto e último parágrafo do subitem, a posição política subalterna da população trabalhadora rural do país, porém o faz permeada de certa visão fatalista sobre o comportamento político dessa população, isto é, como se não houvesse em momento algum manifestações que se voltassem contra a estrutura social existente, em particular contra a concentração da propriedade da terra. Tal visão contribui para que a emergência de movimentos como o de Canudos sejam compreensíveis somente como expressões de “fanatismo religioso” do campesinato brasileiro.

A dependência do eleitorado em relação aos coronéis só se explicava pela situação de miséria em que vivia a maior parte da população rural. Semianalfabeto, sem assistência médica, alheio às notícias do mundo, completamente abandonado pelo Estado, o trabalhador rural tinha o coronel como um benfeitor, um esteio contra os males desse mundo. (APOLINÁRIO, 2007, P.55)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Era objetivo deste trabalho estabelecer uma comparação entre a apresentação de uma temática histórica, em nosso caso o “coronelismo”, por um livro didático de grande aceitação no público escolar e as análises da mesma temática em estudos clássicos das áreas de história e sociologia. Procurávamos verificar como como a temática era apresentada em um manual didático para alunos do ensino fundamental.

Nesse sentido, buscamos comparar o apresentado no livro “*Projeto Araribá Historia 9º Ano*”, sempre considerado a especificidade de um manual didático do ensino fundamental, às análises presentes em trabalhos considerados clássicos sobre a temática como os de Victor Nunes Leal e Maria Isaura Pereira de Queiroz. De modo similar, consideramos temas imediatamente pertinentes ao coronelismo como o clientelismo e o mandonismo, objeto de estudo de autores igualmente clássicos como Raymundo Faoro e José Murilo de Carvalho,

Apesar das preocupações da editora responsável por nós mencionados no capítulo um deste trabalho, o livro apresenta, em nosso entendimento, alguns problemas, em especial dois: primeiro, contrário a própria intenção manifesta da editora responsável, ausência de maior inter-relacionamento entre processos históricos anteriores e atuais que favoreça a compreensão da história pelos alunos; segundo, menor destaque para a história do cotidiano e a micro-história, o que se expressa numa tendência a apresentar grandes sínteses, desconsiderando-se particularidades espaciais ou temporais.

No caso específico do tema “coronelismo”, consideramos que o “*Projeto Araribá*” termina por trabalhá-lo de forma bastante genérica, reafirmando, mesmo que mais sofisticadamente, uma visão presente do senso comum acerca do assunto, como se este tivesse as mesmas características em todos os estados e municípios do país e durante todo o curso da “república das oligarquias”. A ausência de exemplos de manifestação “local” do coronelismo (apresentação de exemplos históricos do fenômeno que de algum modo fosse instigante ao adolescente leitor do livro, estimulando sua curiosidade e criatividade) pode ao nosso ver contribuir para uma visão fortemente esquemática dos processos históricos, contribuindo para menor interesse dos alunos pela história como disciplina escolar e possível compreensão da realidade social.

Embora procure de alguma maneira fugir às formas mais tradicionais de elaboração do livro didático, particularmente os de história como a apresentação factual

do passado, “*Projeto Araribá*” não consegue escapar plenamente de perspectivas tradicionais e alcançar aos objetivos que se propõe.

O manual didático precisa ser um instrumento de mediação entre educadores e educandos e o educador, onde sua utilização se faça na condição de suporte do processo de aprendizagem, contribuindo para, particularmente no caso do ensino de história, a apreensão da complexidade dos processos históricos, o questionamento de preconceitos e abordagens que respeitem diferenças culturais, afora a diversidade de classe, etnia e gênero.

Ao nosso ver, seria relevante que *Projeto Araribá* apontasse, ao discutir o coronelismo, para a presença de práticas de clientelismo, comuns no coronelismo, mas que se perpetuaram em nossa história, pois a compreensão do passado e, somente possível, mediante uma interpretação do presente. Nesse sentido, o livro poderia ressaltar a importância de reconhecer resquícios de práticas do coronelismo no contexto político-eleitoral atual, isto é, de manifestações de clientelismo, pois a efetivação do processo educacional se realiza quando se tem em conta, como sublinhou Freire, elementos significativos de seu cotidiano, de suas experiências presentes de vida ((FREIRE, 2002).

Nessa perspectiva, mesmo como atividade complementar, o livro poderia sublinhar a presença de formas mais sofisticadas de “voto de cabresto”, não só nos espaços rurais, mas nas periferias de grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo. Em bairros periféricos metropolitanos brasileiros, organizações de caráter paramilitar como milícias), em nome do combate ao narcotráfico, cobram taxas de segurança de comerciantes e moradores, exploram serviços clandestinos de tv a cabo e o comércio de gás. Como diversas vezes denunciado e constatado, as milícias intervêm diretamente nos processos eleitorais, exigindo votos para os candidatos que apoiam ou impedindo a presença de candidatos concorrentes nas áreas sob o seu domínio.

A incorporação de clientelas está no cerne do funcionamento das máquinas políticas, cuja capacidade operacional se direciona para a captação de votos. As máquinas políticas operam com vários tipos de clientelismos: o clientelismo personalista, baseado na relação do líder com seus seguidores; o clientelismo partidário, que envolve a identificação de um grupo com uma sigla partidária; e o clientelismo de categorias, cuja ligação com os eleitores se dá por meio de interesses específicos, sejam eles de cunho religiosos, profissionais ou corporativos. Todos esses clientelismos possuem como peça

fundamental para o funcionamento da máquina a função assistencialista desempenhada por sua engrenagem.

A capacidade das máquinas políticas de prestarem e executarem serviços permanentes aos moradores de uma área, aos integrantes de um grupo ou de uma categoria social é a chave para integrar diferentes camadas sociais a uma rede de favores para a conquista de votos.

Como assinala Carvalho (1997), o poder local e o poder municipal são instâncias obrigatoriamente indispensáveis para o exercício da patronagem política, do mandonismo e do clientelismo, mesmo quando esse exercício se apresenta novas roupagens, conforme se redefine a composição dos atores políticos.

Segundo Lopes,

“a política toma novas formas a partir de setores que vão aparecendo no cenário político. Hoje vemos as bancadas evangélicas que se beneficiam dos votos dos crentes que frequentam suas igrejas, alastrado seus templos utilizando as mais diversas denominações, mas que conservam os mesmos propósitos dos políticos clientelistas: a troca de votos por benesses, envolvendo, neste caso, não só a credibilidade na imagem do político temente a Deus, mas a possibilidade de adquirir bens materiais através das preces.”
(LOPES, 2007. p. 99)

Caso típico de clientelismo político da segunda metade do século XX e que poderia servir de exemplo para a permanência de práticas clientelistas no curso de nossa história republicana seria o fenômeno político do “chaguismo”, verdadeira máquina política criada pelo jornalista e ex-governador Chagas Freitas no Rio de Janeiro.

O chaguismo se desenvolveu na região do antigo Estado da Guanabara, entre 1970 e 1975, estendendo-se para a região do antigo Estado do Rio de Janeiro, após a fusão dos dois estados, mantendo-se politicamente forte até 1982, quando então começou a declinar após a vitória de Leonel Brizola nas eleições para governador em 1982.

Baseando-se na política de clientela, o chaguismo articulou-se na formação de uma extensa rede de favores, disponibilizando os recursos públicos do estado e de sua capital entre os parlamentares ligados ao governador para serem usados na obtenção de votos de diversos seguimentos sociais no Rio de Janeiro. O chaguismo tinha penetração nas associações de moradores e de favelas, como também nos diversos tipos de categorias profissionais, corporativas e de classe. Utilizando-se da estrutura administrativa dos governos do estado e do município do Rio de Janeiro, o governador Chagas Freitas fez do MDB – mais tarde PMDB - uma verdadeira máquina de votos no Rio de Janeiro.

Em particular, na região que agrupa os bairros de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz (zona oeste do município do Rio de Janeiro) há um duradouro histórico de barganha de votos por benesses praticado por lideranças políticas locais que controlam suas clientelas cativas com técnicas diversas que abrangem desde questões relacionadas da saúde ao lazer, todas corroborando o “*exercício do clientelismo, o qual abrange tradição, família e propriedade assim como no coronelismo nos idos da Primeira República*”(SARMENTO, 2002, p. 95).

Dessa forma, o chaguismo vem a ser exemplo de uma forma mais organizada de clientelismo e por decorrência, uma espécie de renovação do sistema coronelista. De acordo com Eli Diniz, nessa condição:

“Elimina a competição interna, oligarquiza o processo decisório e estabelece um férreo controle sobre os mecanismos de seleção e ingresso de novos filiados. Não sendo um partido, a máquina não cumpre as funções que a democracia imputa as organizações partidárias” (DINIZ, 1982, p.20).

De acordo com Paulo Baía (BAIA, 2006), a experiência de uma relação dialética entre o clientelismo e o mandonismo, ou seja, as categorias estruturais que permitem a prática clientelista ensaiam o nascimento do mandonismo em toda a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. A ineficiência do Estado em administrar as demandas sociais da população carioca contribui para o acontecimento do clientelismo tradicional e hoje suas formas mais agressivas como o praticado pelas milícias urbanas. Por consequência, a persistência do clientelismo permite que, não raro, prefeituras e câmaras de vereadores venham a ser espaços opacos de poder mais opacos e menos sujeitas ao controle da sociedade.

Tendo em vista as considerações acima e pela minimização da herança clientelista presente na sociedade brasileira, cuja uma de suas manifestações, veio a ser o coronelismo, *Projeto Araribá* não consegue oferecer de modo mais pleno subsídios suficientes para a compreensão de características políticas da sociedade brasileira, sobretudo se igualmente tivermos em conta que boa parte do alunato do ensino fundamental de grandes centros urbanos como o Rio de Janeiro, vivencia cotidiana experiências das práticas clientelistas, inclusive em seus formatos mais violentos. Ao não estabelecer aproximações entre o “passado” e o “presente” o livro termina por, na prática, minimizar o papel do estudo da história na compreensão das várias facetas de nossa realidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOLINÁRIO, Maria Raquel (Ed.). **Projeto Araribá: História: 9º Ano**. São Paulo: Moderna, 2007, 2ª edição.

BAÍA, Paulo R. dos Santos. *Tradição reconfigurada: Mandonismo, municipalismo e poder local no município de Nilópolis e no bairro da Rocinha na região metropolitana do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade apresentada ao Programa de Pós-graduação do Centro Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2005, 7ª edição.

BRASIL. PNLD 2017 - Coleções mais distribuídas por componente curricular - Séries finais Ensino Fundamental. Disponível em <http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio De Janeiro e a República Que Não Foi**". São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, volume 40, nº 2, 1997.

DINIZ, Eli. **Voto e máquina política: Patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1975, 2ª edição.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1997.

LOPES, Nelson Ricardo Mendes. *Coronelismo e Chaguismo na Zona Oeste do Rio de Janeiro: clientelismo e o coronel e o caso das bicas d'água no Mendanha*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007

MODERNA. **Projeto Araribá Plus**. Disponível em <http://web.moderna.com.br/web/araribaplus>

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Educação. Orientações Curriculares: História. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <http://www.rioeduca.net/blogViews.php?id=5265>

Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Educação. Orientações curriculares. Áreas Específicas. História. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/825382/DLFE-196615.pdf/1.0>

SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. *O espelho da metrópole – Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): Liderança, voto e estruturas clientelistas*. Tese de

Doutorado apresentada ao Programa de História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

Silva, Jeferson Rodrigo da. De anônimo a best-seller: digressões sobre o sucesso do Projeto Araribá - História no PNLD de 2008. **Tempo e Argumento.** Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, v. 4, nº 2, páginas 102–127, julho/dezembro de 2012